

# "A GENTE NUNCA CHEGA LÁ": PRÁTICAS DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE MULHERES DOCENTES EM ESCOLA DE DIREITO NO SUL DO BRASIL

"WE NEVER GET THERE": GENDER PRACTICES IN  
THE RELATIONSHIPS OF WOMEN PROFESSORS IN  
COLLEGE OF LAW IN SOUTH BRAZIL

"NUNCA LLEGAMOS": PRÁCTICAS DE GÉNERO EN LAS  
RELACIONES DE MUJERES PROFESORAS DE ESCUELA  
DE DERECHO EN EL SUR DE BRASIL

## SUMÁRIO:

1. Normas de gênero no contexto institucional;  
1.1 Operadores analíticos; 1.2 Sujeitos e campo nor-  
mativo amplo; 2. Linhas de constituição da professora  
de direito na unidade de ensino pesquisada; 2.1 Fun-  
ção materna da docência; 3. A constituição da depen-  
dência pelo androcentrismo: a alteridade; 4. Notas  
finais; Referências.

## RESUMO:

A proposta deste artigo é buscar cartografar as práticas orientadas por normas de gênero realizadas no âmbito do Curso de Graduação em Direito de uma universidade pública Sul do Brasil. Para tanto, reali-  
zaram-se entrevistas com as professoras lotadas na unidade de ensino no período compreendido entre 2019-2021. Como pesquisa de campo, de caráter ex-  
ploratório e de abordagem qualitativa, este trabalho apoia-se em revisão bibliográfica direcionada pelo pós-estruturalismo e em análise do discurso. São apresentados, como padrões enunciativos principais

Como citar este artigo:  
BAGGENSTOSS,  
Grazielly; OLIVEIRA,  
João, TONELI, Maria.  
"A gente nunca  
chega lá": práticas de  
gênero nas relações de  
mulheres docentes  
em escola de direito  
no sul do Brasil.  
Argumenta Journal  
Law, Jacarezinho – PR,  
Brasil, n. 44 2024,  
p. 43-76.

Data da submissão:  
05/10/2023

Data da aprovação:  
05/02/2025

1. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Brasil
2. Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa - Portugal
3. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Brasil

a função materna da docência e a ideia de alteridade, revelando normas cis-heteronormativas no meio pesquisado.

**ABSTRACT:**

The purpose of this article is to map the practices guided by gender norms in Law Course of a public university in southern Brazil. For this purpose, interviews were carried out with the women professors in the period between 2019-2021. As a field research, with an exploratory character and a qualitative approach, this work is based on a literature review directed by post-structuralism and on discourse analysis. As main enunciative patterns, the text identifies the maternal function and the idea of alterity, revealing cis-heteronormative norms in the researched environment.

**RESUMEN:**

El propósito de este artículo es buscar mapear las prácticas guiadas por las normas de género que se llevan a cabo dentro del Curso de Derecho de una universidad pública del sur de Brasil. Para ello, se realizaron entrevistas con los docentes que laboraron en la unidad docente en el período comprendido entre 2019-2021. Como investigación de campo, con carácter exploratorio y enfoque cualitativo, este trabajo se basa en una revisión de la literatura dirigida por el postestructuralismo y en el análisis del discurso. Como principales patrones enunciativos se presentan función materna de la enseñanza y la idea de alteridad, revelando normas cis-heteronormativas en el campo investigado.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Ensino do Direito; Normas de Gênero, Pós-Estruturalismo; Feminismos.

**KEYWORDS:**

Law Teaching; Gender Norms, Post-Structuralism; Feminisms.

**PALABRAS-CLAVE:**

Enseñanza del Derecho; Normas de género, Postestructuralismo; Feminismos.

## 1. NORMAS DE GÊNERO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL

A proposta deste artigo é buscar cartografar as práticas orientadas por normas de gênero realizadas no âmbito do Curso de Graduação em Direito de universidade pública da Cidade de Katara<sup>1</sup>, no Sul do Brasil, que envolvam as professoras lotadas neste departamento no período compreendido entre 2019-2021. Para tanto, este escrito estrutura-se como pesquisa de campo, de caráter exploratório e de abordagem qualitativa, realizada prioritariamente com entrevistas às professoras e, residualmente, com exame de material registrado na internet, com apoio de revisão bibliográfica direcionada pelo pós-estruturalismo<sup>2</sup>. Nesta proposta, analisam-se os enunciados proferidos pelos sujeitos a partir de núcleos de inteligibilidade que apareceram nas entrevistas associados às relações dessas mulheres na instituição, com discentes e com docentes no campo de pesquisa. No que se refere aos discentes, emergiram temas relacionados à proximidade/maternidade e também de exigência/expectativas/cobranças, o que foi denominado como função materna<sup>3</sup> da docência. Com relação ao trabalho com docentes, destacam-se os temas relacionados a individualismo, silenciamento e masculinidades e imperativos de comportamentos, o que foi categorizado como constituição da alteridade. Com esses núcleos temáticos, é possível buscar um caminho de entendimento sobre a forma com que as práticas generificadas ocorrem naquele meio, constituído por uma série complexa de signos e relações de poder-saber que foram percebidas no meio.

As práticas sociais realizadas dentro de instituições, são previstas por normativas que as próprias instituições estabelecem dentro de um quadro de posições hierarquizadas e com uma determinada finalidade. Nessa ideia, as instituições de ensino, enquanto tal, também apresentam suas normativas pautadas pela formação e de produção de conhecimento a partir de relações e posições de poder e de saber. No mecanismo saber-poder, permitindo condições de possibilidade do poder disciplinar, ocorrem a observação e vigilância dos sujeitos; a produção do sujeito em termos documentais (com registros e formação de arquivos) e a constituição do sujeito em comparação com os demais (FOUCAULT, 1987; CASTRO, 2009). No ambiente universitário, em que se observa um dispositivo consistente em uma rede complexa de interações para formação profissional, de observação recíproca, definida e regulada por normativas

institucionais que fixam protocolos de regimes de verdade e de relações de poder-saber, as práticas não são orientadas somente pelas normativas institucionais, mas também por outros referentes. Assim, uma proposta apresentada neste trabalho é que normativas institucionais são organizadas pelas normas de gênero, produzindo, a partir disso, relações de poder.

### **1.1 Operadores analíticos**

As relações sociais reveladas pelos enunciados também estão associadas a dinâmicas de poder e estas, por sua vez, a um determinado campo de saber. O campo de saber, promovendo a ordenação e a hierarquização dos enunciados, a posição do sujeito enunciativo e sua possibilidade de falar sobre um objeto (FOUCAULT, 2017), conduzirá a forma com a qual o poder será exercido nas relações sociais. Entendo, assim, o poder como aquilo que produz efeitos, ou como a imanência de produtividade. Aquilo que se pode produzir, enquanto efeitos do poder, também está vinculado a um exterior constitutivo que tensiona o indivíduo, mediado pelo seu corpo. O gênero, enquanto um efeito de um fazer do corpo, também o é efeito de poder e de saber, que apresentará limites vinculados ao campo de saber e que serão colocados a um determinado sujeito, especialmente em razão da configuração de inteligibilidade que lhe é conferida pelo saber. O campo de saber é, assim, moldado por critérios de inteligibilidade e, para a pesquisa em curso, pelas normas de gênero.

As práticas e as formas seguidas pelas relações sociais trazidas pelos enunciados apresentados pelas professoras entrevistadas demonstram referentes constantes, qual seja a associação paramétrica a homens, bem como vinculação a um campo de enunciados sobre a performatividade de um gênero o qual nunca se alcança: o do sujeito universal. Aqui, então, se articulam o gênero e a performatividade de gênero e o androcentrismo. O gênero, nesse sentido, é praticado, ou produzido, a partir de diversos modos regulados por uma determinada estrutura simbólica rígida e hegemônica, cujas normas identificam e regulam os corpos. A performatividade consiste na repetição dessas práticas, o que produz uma ilusão de substância naquilo que é, somente, forma (BUTLER, 2018). O androcentrismo é aqui trazido para a análise da constituição das professoras na alteridade. O termo androcentrismo congrega concepções de mundo que têm a figura do homem como referência, em que as experiências identi-

ficadas como masculinas são consideradas universais para todas as pessoas. Assim, normativas aqui percebidas são androcêntricas na medida em que os valores defendidos ou almejados se centram na ideia do que é ser homem<sup>4</sup>. Aqui, há uma ambiguidade nas práticas relatadas nas entrevistas: as mulheres, cisgêneras, ao mesmo tempo em que se identificam neste gênero, não se sentem confortáveis nele e têm como referência o “ser homem”. Nessas práticas e em sua rede enunciativa, o gênero é praticado e negociado. Enquanto praticado, é uma ação com um determinado sentido. Uma ação que é dirigida a um outro; uma relação, portanto. Um corpo que se relaciona com o(s) outro(s) e se negocia, em sua agência e com seus limites. A agência do sujeito, ou sua capacidade de ação, é constituída pela própria dinâmica do poder, e pode apresentar limitações, seja, as características da estrutura física do indivíduo, ou, ainda, limitações condicionadas “à renovação pela ação da própria pessoa, de forma implícita e inconsciente, nos novos atos que se passam a repetir” (BUTLER, 2015; FURLIN, 2013, p. 398).

Para esta pesquisa, portanto, a agência se configura como resistência política, excedendo ao poder que lhe faz possível (BUTLER, 2018). Isso ocorre com a “descontinuidade entre o poder que constitui o sujeito e o poder que o próprio sujeito assume” (FURLIN, 2013, p. 399), em um território de possibilidades de ressignificações. Esse processo associa-se ao dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1999), no que diz respeito a como são conferidos sentidos sobre o corpo, investindo nele significado de inteligibilidade. Além disso, para trazer a sua articulação com o sistema sexo-corpo-gênero, que estabelece normas de gênero e a sua produção de experiências no campo de pesquisa. Um corpo consiste em um indivíduo constituído pelas diversas relações de poder que lhe atravessam, tornando-se, assim, sujeito. Em outras palavras, o efeito dos poderes que atravessam um indivíduo o constitui sujeito. Na subjetivação dada ao corpo, com uma função que lhe fixa, o corpo se constitui de modo psicologizado ou normalizado, como se, a partir de si, pudesse falar ou elaborar discurso (FOUCAULT, 2006, p. 70). No entanto, “o indivíduo é o resultado de algo que lhe é anterior e que é esse mecanismo, todos esses procedimentos que vinculam o poder político ao corpo” (FOUCAULT, 2006, p. 70). Todo corpo, sendo sujeitado pelo poder, que age e que cogita desse modo, mostra a sua face produtiva: tanto do poder, quanto do corpo (BOUYER, 2007).

A constituição do sujeito dá-se, de modo condicionado, pelas relações sociais. Nessa configuração, encontram-se processos de diferenciação e exclusão (ou repressão), a partir de critérios de inteligibilidade. Nessa exclusão, a constituição dos sujeitos ocorre “mediante a criação de um domínio de sujeitos desautorizados, pré-sujeitos, representações de degradação, populações apagadas da vista” (BUTLER, 2013, p. 22). Nesse mecanismo, ainda, o sujeito, portanto, somente é reconhecido como tal quando se posiciona ou adere, constante e repetidamente, às normas de gênero (BUTLER, 2013).

As normas de gênero são, por sua vez, compreendidas como determinações institucionais ou socialmente obrigatórias, que nos direcionam a fazer um gênero ou outro, a partir da matriz binária. Esse direcionamento é sempre uma reprodução do gênero que também é uma negociação com o poder, de forma que represente o cumprimento de determinadas normativas ou não. É no desfazimento ou refazimento de tais normas que se localizam os critérios de inteligibilidade dos modos de existência ou convivência. Nesse ponto:

As normas de gênero estão profundamente relacionadas a como e de que maneiras nós podemos aparecer no espaço público; a como e de que maneiras o público e o privado são diferenciados, e como essa distinção é instrumentalizada a serviço da política sexual; quem será criminalizada com base na aparência pública (com isso, quero dizer: quem será tratada como criminosa e produzida como criminosa, o que não é sempre o mesmo que ser a pessoa criminosa denominada por um código legal que discrimina contra manifestações de certas normas de gênero ou certas práticas sexuais); quem não conseguirá proteção pela lei, ou, mais especificamente, pela polícia, na rua, ou no emprego, ou em casa – em códigos legais ou instituições religiosas. Quem será estigmatizada e desempoderada, ao mesmo tempo em que se torna objeto de fascinação e de prazer de consumo? Quem terá benefícios de saúde perante a lei? As relações íntimas e de parentesco de quais pessoas serão reconhecidas ou criminalizadas pela lei, ou, de fato, poderão se alterar de formas bastante radicais a depender do código legal em vigência, religioso ou secular, ou a depender de a tensão entre códigos legais estar ou não resolvida? (BUTLER, 2016, p. 34).

[...] aqueles alunos tidos como mais difíceis, né? Talvez aí pela até

pela área, pela empatia, pela sensibilidade de alguma forma foi até onde houve uma profundidade maior. Eu cheguei mais perto dessas pessoas. Sim. Pra eu poder compreendê-los um pouco mais. [...] eu falo literalmente pra conversar “diga aí [...] tudo bem contigo? Que que houve? Te senti assim? Quer falar alguma coisa? Você está bem? Né?” [...] A estratégia que eu utilizo é isso a gente pode chegar perto estabelecer um vínculo aí genuíno de confiança e a gente administrar o que for necessário se possível (Mabel).

[...] eu sempre Essas práticas condizem a relações de poder e saber, implicadas mutuamente, das quais emergem enunciados que, em seu conjunto, constituirão discursos (FOUCAULT, 2017). Enquanto acontecimento, os enunciados funcionam como “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que (estas) apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2017) e seu exame me permite apresentar uma tentativa de compreender o regime de verdade que constitui o fazer o gênero nessa dimensão prática aqui delimitada. As normas de gênero integram um conjunto de diretrizes de existência, afetividade e convivência produzidas pela heteronormatividade e pela cisnormatividade A heteronormatividade aqui é entendida como é o conjunto de normas “[...] que regula, justifica e legitima a heterossexualidade como uma forma de sexualidade mais natural, mais válida e mais normal em detrimento das outras, vistas como negativas e inferiores” (OLIVEIRA, 2017, p. 15). A cisnormatividade, por sua vez, pauta-se pela cisgeneridade como a forma legítima ou mais adequada de vida. Sua definição, no meio jurídico brasileiro em que tais questões são abordadas, é repetidamente ventilada como a indicação de correspondência da identidade de gênero que fora atribuída a uma pessoa quando do seu nascimento, em virtude da observação e associação com a genitália da criança – fixando, aí, a identidade de gênero no sexo. No entanto, essa compreensão é rasa e permeada por enunciados como “nascido no corpo errado” e na ideia de supremacismo de quem é cisgênero. A cisgeneridade, portanto, não é tão somente uma qualificação ou operador analítico, mas é também um “posicionamento epistêmico+político” (VERGUEIRO, 2016, p. 257). Nessa ótica, a cisgeneridade pode ser pensada em três dimensões: a pré-discursiva, composta por normativas que definem sexos

e gêneros de acordo com um entendimento do corpo; a binária, caracterizará, de forma reduzida, o corpo em feminino ou masculino; e a de permanência, que pretende a fixação de determinados comportamentos a um sexo específico a partir da identificação dos corpos em “normais”, “ideais”, “congruentes” ou “padrão” (VERGUEIRO, 2016).

Sob um prisma biologizante e binário, tanto a heteronormatividade quanto a cisnormatividade produzem sentidos, com pretensões exclusivas e de legitimação de práticas, sobre o que deveria ser um homem e do que seria ou deveria ser uma mulher a partir de sua dimensão biológica, (re) dimensionando semanticamente a subjetividade e organizando os corpos de modo social e político. Um desses sentidos produzidos de homem e de mulher seriam ideais a serem alcançados e representariam uma complementariedade entre si em que a heterossexualidade seria única possibilidade de orientação sexual, o que se coloca como compulsório (RICH, 1993). A compulsoriedade indica a heterossexualidade como única forma autorizada de existência e convivência. Esse sentido, no sistema hegemônico em que vivemos, recebe reforço das tecnologias de gênero, instituições que produzem regimes de verdade específicos do que significa ser mulher. São múltiplas instituições que, com suas normativas, orientam e impõem discursos orientados à heterossexualidade, tais como a exigência da maternidade, de cumprimento de trabalhos domésticos, de trabalho de cuidado, de subjugação ao homem, dentre outros. A heterossexualidade é, portanto, uma instituição política e que introduz a questão de modos das normas de existência, convivência e afetividade. Para essa análise, indicam-se como elementos a serem observados o sujeito da enunciação, a referência ou referente, outros enunciados que foram o campo associado e as formas concretas em que o enunciado aparece. Os sujeitos da enunciação seguem aqui apresentados e os demais elementos são analisados nos itens seguidos.

## **1.2 Sujeitos e campo normativo amplo**

Os sujeitos que dialogam com essa pesquisa são mulheres lotadas na Unidade de Ensino do Curso de Graduação em Direito de instituição pública da Cidade de Katara, no Sul do Brasil, em diferentes níveis de carreira e com atividades também em pós-graduação. São todas mulheres brancas, cisgêneras, heterossexuais, que responderam aos convites para



participar desta pesquisa, encaminhados em três momentos: 1) convite entregue em formato de mensagem escrita no grupo, do aplicativo WhatsApp, em grupo que reúne a maioria das professoras da Unidade de Ensino, com descrição sobre a pesquisa, link para preenchimento de questionário de identificação e indicação de dia-hora para entrevista (nenhuma professora respondeu); 2) convite encaminhado via e-mail pela Unidade de Ensino ao endereço eletrônico das docentes, à minha solicitação, com descrição sobre a pesquisa, link para preenchimento de questionário de identificação e indicação de dia-hora para entrevista (uma docente respondeu, aceitando o convite); 3) convite individual a 6 (seis) professoras, por mensagem privada do aplicativo WhatsApp, por direcionamento de proximidade de relações acadêmicas com a pesquisadora e-ou por trabalhar temáticas afetas à pesquisa; das convidadas individualmente, apenas 1 (uma) docente rejeitou o convite, informando se sentir desconfortável, sem maiores detalhes. Quase dois meses depois desse contato, esta docente retornou o convite, perguntando sobre a possibilidade de participação naquela oportunidade, o que foi feito. Outra docente, também, no mesmo período, retornou o chamado e foi entrevistada<sup>5</sup>. Ao todo, então, foram entrevistadas 8 (oito) docentes efetivas da instituição. Para este artigo, as entrevistas de professoras substitutas não serão utilizadas em virtude das temáticas aqui abarcadas. Considerando o caráter relacional dos enunciados, aqui também são trazidos alguns discursos de entrevistas realizadas com discentes, especificamente sobre o exercício docente.

Com o aceite de participação da pesquisa, as entrevistas semi-estruturadas foram realizadas pela plataforma Google Meet, em que foi solicitado para que as docentes refletissem sobre sua condição como mulher na Unidade de Ensino mencionada. As entrevistas, que tiveram como duração cerca de 1h (uma hora), foram registradas em gravação de vídeo e, posteriormente, convertidas em áudio e degravadas com auxílio do recurso “Transcriber Bot”, do aplicativo Telegram. Cada uma das docentes, na transcrição, em cumprimento a procedimentos éticos de sigilo e confidencialidade, recebeu respectivas nomeações: Aurora; Beatrix; Mabel; Nadine; Rhonda; Vena; Zola; Zuni. É por tais termos que serão trazidas aqui adiante. Para operacionalizar a análise do discurso, durante a entrevista, anotei questões iniciais relativas ao tema da tese. Posteriormente, durante a degravação das entrevistas e sua consequente leitura,

categorizei as transcrições em temas principais como citações-chave de cada uma das docentes. Posteriormente, associei as citações-chaves de cada uma das docentes, concentrando-me em discursos específicos sobre as relações com discentes e docentes e o conseqüente atravessamento das normas de gênero.

O exame dos enunciados tem como pretensão perceber o discurso generificado que atravessa os sujeitos e entender o processo que legitima tais formas de se relacionar aqui apresentadas. De modo geral, todas as professoras entrevistadas compreendem a sua posição social enquanto mulher no exercício da docência. Inclusive, entendem tal condição como prejudicial em suas práticas profissionais, referindo-se, com frequência, à expressão “se fosse homem, isso não teria acontecido”. São trazidas, como padrões enunciativos principais: (a) na relação com discentes, a função materna da docência; e (b) com relação a colegas docentes, a ideia de alteridade.

## **2. LINHAS DE CONSTITUIÇÃO DA PROFESSORA DE DIREITO NA UNIDADE DE ENSINO PESQUISADA**

A produção heteronormativa e cisnormativa de sentidos sobre os corpos é examinada a seguir, pelas categorias já anunciadas: função materna da docência e a constituição da dependência pela alteridade. A primeira revela a ambigüidade de tratamentos conferidos às professoras entrevistadas: pela proximidade, recebem afeto e importância, mas também são colocadas em posições de exigência e de comparação, como se não cumprissem a sua função ou como se fossem avaliadas pelo referencial de homem (o qual, pela fala de discentes, é, paradoxalmente, baixo). A segunda revela como as práticas dos professores homens, segundo a percepção das entrevistas, constitui-as em um espaço simbólico de exclusão, silenciamento e de ameaças. O sentido que acompanha os discursos em evidência é que o reconhecimento da identidade mulher não é algo benéfico.

### **2.1 Função materna da docência**

De um modo geral, as professoras entrevistadas não demonstraram desconforto ao narrarem suas relações pedagógicas com estudantes. Algumas docentes, também, relataram nunca terem tido nenhum conflito com discentes ou não se lembrarem de episódios que entendessem como

negativos (Beatrix, Mabel e Vena). Das docentes que relataram situações relacionadas ou tangenciadas a questão de gênero com estudantes, mostraram-se em uma posição de aceitação de determinados tipos de proximidade, mas indispostas com as exigências e expectativas que estudantes depositam em seu trabalho. Pelas palavras que as mencionadas pelas entrevistadas, as práticas associadas à docência exercida pelas mulheres sugerem uma extrapolação dos limites da relação docente-discente e uma semelhança com uma relação de cuidado relativo a funções maternas.

Refletir sobre funções maternas associadas à figura de mulheres cis-gêneras é repensar o determinismo biológico do corpo do sexo lido como feminino, juntamente com a feminização da docência e a sua vinculação com trabalhos de cuidado, o que posso chamar de função materna da docência. Dos estudos feministas, apresento três perspectivas relacionadas à maternidade: a primeira, em que a maternidade significava um *handicap*, ou defeito natural, classificando as mulheres em uma classe biológica hierarquicamente inferior aos homens; a segunda, de refutação ao *handicap*, apresentando a maternidade como um poder diferenciado que só as mulheres possuíam; e a última, com o panorama de gênero, com o questionamento do determinismo biológico, que apresenta que a posição social das mulheres é constituída pelas relações de poder que lhe atravessam (FERRAND & LANGEVIN, 1990). Nessa última perspectiva, a maternidade aparece como uma função associada à mulher, a qual, por sua vez, também é fixada a uma ideia de realização dos sujeitos em uma lógica cis e heteronormativa. Em tal sentido, é um elemento significante de organização e de articulação da família cis-heteronormativa (SCAVONE, 2001). São nesses alinhamentos simbólicos que a ideia de função materna, associada à mulher, é transplantada à sua profissão.

A vinculação do símbolo de maternidade com a profissão de docente é preponderantemente estudada no âmbito da formação infantil, mas as similaridades das práticas e dos signos que apareceram nesta pesquisa nos permitem refletir sobre a associação no ensino superior. No século XX, no Brasil, o magistério foi a única profissão, de maneira formalizada, que as mulheres brancas, “puderam ter o direito de exercer um trabalho digno e conseguir uma inserção no espaço público”. Por conseguinte, “o fato de não ingressarem nas demais profissões, acessíveis somente ao segmento masculino, e a aceitação do magistério, aureolados pelos atributos

de missão, vocação e continuidade daquilo que era realizado no lar, fizeram que a profissão rapidamente se feminizasse (ALMEIDA, 1998, p. 23). Como atuação profissional permitida formalmente às mulheres, a docência assimila símbolos de vocação e de dom de cuidar, associando a função materna ao trabalho de cuidado, como algo nato das mulheres, “além de atributos como delicadeza, zelo e docilidade, fundamentais ao exercício do magistério, que passou então, a ser considerada a profissão ideal para elas” (REIS, 2011). Seria uma profissão que não traria questionamentos ousados à moral das mulheres e reforçaria os valores de dedicação, com um signo moralizante de atuação da mulher, e não necessariamente de função social (LOURO, 1997). Assim, sugiro que a desvalorização do trabalho exercido pelas mulheres está associada ao significante biológico ou de vocação e não a uma percepção da atividade como profissão. Assim, enquanto, para as mulheres, a docência representa o exercício de seu determinismo biológico e de uma vocação, aos homens é reconhecida a qualificação profissional e destaque no meio acadêmico. Tais percepções atravessam as alterações relacionadas a divisão sexual do trabalho e as relações patriarcais, mesmo em espaços em que as mulheres eventualmente sejam a maioria (ALMEIDA, 1998).

Do campo de pesquisa, as entrevistadas enunciaram signos relacionados à forma com que são tratadas pelos discentes, havendo o reconhecimento de funções entendidas como de cuidado e de função materna. Os relatos revelaram que, deliberadamente, as professoras praticam ações de aproximação para com as pessoas estudantes a fim de auxiliá-las em circunstâncias que não estão diretamente relacionadas à docência, mas que condzem com alguma questão pessoal da estudante, em que se reconhece acolhimento e até criação:

[...] aqueles alunos tidos como mais difíceis, né? Talvez aí pela até pela área, pela empatia, pela sensibilidade de alguma forma foi até onde houve uma profundidade maior. Eu cheguei mais perto dessas pessoas. Sim. Pra eu poder compreendê-los um pouco mais. [...] eu falo literalmente pra conversar “diga aí [...] tudo bem contigo? Que que houve? Te senti assim? Quer falar alguma coisa? Você está bem? Né?” [...] A estratégia que eu utilizo é isso a gente pode chegar perto estabelecer um vínculo aí genuíno de confiança e a gente administrar o que for necessário se possível (Mabel).

[...] eu sempre tento acolher mesmo aqueles alunos que apresentam a visão [...] pouco avançada em relação a esse tema em geral. [...] A minha abordagem é sempre essa [...], é de acolhimento e de criação, também do ambiente que seja harmonioso né? (Vena).

Eu sinto que os alunos olham pra gente com essa expectativa [materna], só que isso não é uma tarefa nobre. Na mesma situação em que eles demandam isso, por outro lado isso não é uma coisa valoriza, do ponto de vista intelectual, de você As ações praticadas por determinadas docentes entrevistadas caracterizam-se como práticas de cuidado que, numa relação pedagógica, ultrapassam determinados limites do seu trabalho. As práticas de cuidado, entendidas aqui como “um conjunto de práticas materiais e psicológicas que consiste em trazer respostas concretas às necessidades dos outros” (MOLINIER et al., 2009, p. 17), por extrapolarem a docência, descaracterizando-a enquanto uma profissão, especialmente quando praticada por uma mulher. De um determinado sentido, a descaracterização da docência não parece ser questionada, pois há a associação com a função materna, fixada na sujeita por ser mulher. Isso pode ser entendido com a fala da Nadine, a qual, apesar da confusão dos limites relacionais acarretar uma aproximação das docentes com as pessoas discentes, é também motivo de desconforto:

Eu sinto que os alunos olham pra gente com essa expectativa [materna], só que isso não é uma tarefa nobre. Na mesma situação em que eles demandam isso, por outro lado isso não é uma coisa valoriza, do ponto de vista intelectual, de você ser uma referência... é como se isso te diminuísse como profissional. Então eles te respeitam, claro, sabem que podem contar contigo, isso é muito legal, eu gosto disso – acho que é importante ter uma proximidade com os alunos. Mas por vezes isso não vem junto com a admiração intelectual, que fica com as referências, que é de quem tá longe. Quem tá perto não pode ser referência (Nadine).

Há uma ambiguidade apresentada pelas docentes nessa posição, visto que, ao tempo em que são demandadas para praticarem ações com função materna, o que lhes confere um certo lugar de importância, também se entendem como desvalorizadas na associação com o trabalho de cuidado e na comparação constante com as pessoas que aparecem como referência a discentes: os homens:

De um modo geral eu noto que as comparações né? Em relação as turmas são comparações [...]tu está lá explicando plano de ensino e alguém chega e diz assim: ai mas eu vou fulano não sei o que mais o que não sei o que; [...] no semestre passado eh mais uma turma quis meio que fazer uma DR comigo... assim não é bem uma DR, na verdade pleitear que diminuísse o número de atividades sim por conta da estavam exaustos e tal e eu nossa fiz uma conversa de uma aula inteira com ele e ele [...] se abriram contaram que estavam sentindo o que estava acontecendo, foi [...] importante... revi as avaliações... pra mim foi ótimo assim [...] mas eu fiquei me questionando se o que que ia ter de consequências nesses subterrâneos [...] desses lugares da boca pequena. Não que eu esteja muito preocupada com isso, [...] mas os alunos me propuseram isso porque eles sabiam que podiam; mas então será que eles iam fazer isso com outro professor? (Nadine).

No reconhecimento desse lugar ambíguo, há o fortalecimento do imaginário de naturalização do cuidado às mulheres juntamente com o sentido sobre o pertencimento ao lugar de trabalho. Talvez isso possa ter sido produzido em virtude da ausência de limites da atuação profissional das professoras entrevistadas, em que são constantemente acionadas a estarem em um lugar de função materna, que, muitas vezes, comprometem-se a este lugar, mas que, de fato, não é o sentido específico de sua atuação. E, em uma tentativa de comparação com os homens docentes, que não emulam tais funções e nem são exigidos para tal, o efeito é de que estão em lugares diversos hierarquicamente:

E geralmente os problemas que tenho, que não são muitos, mas quando eu tenho geralmente com alunos homens, nunca com alunas mulheres (Rhonda).

[...] os próprios alunos têm uma percepção de que não é o teu lugar. Tem relação com a área do direito que você trabalha, masculino; e existe uma expectativa dos alunos que você vai ter uma determinada postura, do professor rígido (falo no masculino de propósito), que dá aula expositiva, que é grosseiro, e na medida que você rompe com esse estereótipo, existe uma reação. E às vezes a reação até é legal, mas muitas vezes você sente uma decepção é como se é você não deveria estar naquele lugar. [...] como se você fosse uma professora menor é um pouco uma hierarquia assim é como se você

fosse legal pra o trabalho braçal do tipo fazer reuniões, pedir orientação, auxiliar, coisas mais maternas (Nadine).

O imaginário dessa naturalização é reforçado, inclusive, institucionalmente. Na reunião aberta promovida pela Administração da Unidade de Ensino, na finalização do evento em que foram lidas questões elaboradas pelo grupo de professoras sobre a proposta de resolução sobre o retorno das atividades remotas pela instituição por conta da pandemia da COVID-19, foi proferido pelo responsável administrativo da Unidade de Ensino:

Aquilo que foi frisado pelo Coletivo Feminino, das professoras, e por outras pessoas, lá também estará presente o cuidado com as relações pessoais, com a interação pessoal, afetiva, né, a dimensão humana, que, na verdade as mulheres trazem isso com muita, com muita propriedade, né? Eu até numa homenagem às mulheres [...], vou fazer uma confissão que eu paulatinamente estou trocando, no campo do atendimento médico, de médicos homens para mulheres, porque elas são mais atenciosas, mais diligentes, elas têm um sentimento de maternidade, né? Então vou deixar as cirurgias para os homens, que é uma coisa mais violenta, e nesse atendimento [...] de trabalho preventivo, acompanhamento, isso é uma homenagem a nossas alunas, a nossas professoras que estão pontuando... a gente vê nos governos do mundo, como as mulheres, no momento da pandemia, responderam de uma forma mais, com uma sensibilidade muito maior, porque a dimensão humana de maternidade que nos completa é a principal delas. Então, nisso somos carentes, somos deficientes, somos portadores dessa necessidade especial, né? Desse tipo de atenção e atendimento.

Pela lógica cis e heteronormativa, os sujeitos comprometem-se a viver, conviver e se afetar a pessoas de acordo com as normativas dessa formação ideológica e política. Ao se comprometerem com essa alocação e significação dos corpos, são-lhes destinadas determinadas tarefas que são tidas como naturais das mulheres a partir de uma base relacional, especialmente com homens: “essa relação social, o que faz uma mulher ser mulher é uma relação social específica com um homem, [...] uma relação que implica uma obrigação pessoa e física e também econômica (residência obrigatória, trabalhos domésticos, deveres conjugais, produção de filhos)” (WITTIG, 2006). Esse comprometimento, que confunde as mulheres so-

bre sua própria realidade – muitas vezes de exploração que vivenciam, ocultando-a – conduz os sujeitos a processos relacionais que vão fomentar a mesma lógica que as subjetiva (WITTIG, 2006). Por consequência, de forma inquestionável, atuam de modo leal a essa espécie de acordo, consenso, de sua posição destinada na relação. É o que entendemos, simultaneamente, como pactos cis e heteronormativo, em que as mulheres, fazendo um gênero que entendem como o adequado pelas práticas locais, produziram efeitos ambivalentes nesses espaços, mas, geralmente, ao que parece, buscando alcançar o ideal do Mito da Mulher (WITTIG, 2006).

No campo, com a simulação do ideal de mulher, é nítida a simultaneidade entre o desejo de proximidade, que coloca a mulher em uma posição de importância/relevância a discentes, e o desprezo por se caracterizar como um lugar simbolicamente inferior. A condição de possibilidade dessas práticas pode ser entendida pela ideia de atuação “pós-heroica”, a qual seria uma vantagem das mulheres em rechaço à liderança masculina, associada ao individualismo, competição e sucesso, entendida como heroica. Nessa lógica, a capacidade colaborativa das mulheres seria inadequadamente entendida como função maternal, e da mulher, tem-se a expectativa que exerça a função de cuidado desinteressadamente, ajudando-os gratuitamente e se interagindo de maneira flexível e informal, mesmo nos ambientes organizacionais hierarquizados (SANTOS, 2010). No entanto, essa tentativa de vantagem feminina “não é mais do que uma nova forma de exploração da feminilidade, as suas competências nunca deixam de estar associadas à esfera privada, o que acaba por prejudicar mais do que beneficiar o potencial de liderança feminina” (SANTOS, 2010, p. 108). A ambiguidade também reside no fato de discentes fomentarem essa dinâmica: ao passo em que exigem das docentes a comparação aos homens, por exemplo, também se aproveitam da proximidade com uma docente, que é um lugar de poder – e estar próximo a este lugar de poder é vantajoso nas dinâmicas pedagógicas.

Das professoras entrevistadas, somente a Zuni expressamente relatou a determinação de limites profissionais nas relações com discentes:

É [...]fácil esse processo deles projetarem na gente esse lugar [de função maternal] [...]. Começa com uma demanda [...], a demanda começa a vir, excessiva e, nossa, é complicado. Isso acontece e não só na graduação, na relação de orientação na



pós [...]. E é muito é isso que eu estou falando, é muito difícil sair desse lugar. Você eu tento tenho tentado com os meus orientandos [...]. Cada pessoa tem suas particularidades, né? Tem os desafios que ela enfrenta e tal, mas é meu nesse processo [...] de pensar assim, como que eu posso incentivar? Como que eu posso ajudar? Como que eu posso [...] fazer com que a pessoa consiga levar sua pesquisa, qual o meu papel aqui. E aí percebi que às vezes esse meu lugar de ser bem atenciosa, bem cuidadosa e tal, realmente, é super mal interpretado. [...] Depois que a pessoa te colocou nesse lugar, você não consegue mais sair, ao ponto [...] de ela te perguntar tudo, [fica] no lugar de passividade [...]. E fica esperando que você responda. É bem difícil (Zuni).

Com exceção das entrevistas de Nadine, Zola e Zuni, nas demais entrevistas foram recorrentes algumas referências sobre a dicotomia mulher/mãe associadas à fixidez da ideia de professora ao binômio – ou seja, a ideia de professora juntamente com o sentido de mulher foi invocada com a maternidade/cuidado. As práticas condizentes aparecem associadas à perspectiva de handicap, em sua perspectiva como defeito ou como exclusividade das mulheres, como um poder especial, em um pêndulo ambíguo em que ora as professoras são destaque por esse exercício, ora lhes são reivindicadas exigências e feitas comparações sem a devida consideração da sujeita em si.

E, de certo modo, faz sentido a ambiguidade: as mulheres não estão ali para serem mães, mas para exercerem uma profissão – o que precisa ser identificado e respeitado pela instituição e cujos limites ainda, aparentemente, precisam ser aprendidos por todas as pessoas envolvidas. Para tanto, faz-se urgente o reconhecimento das práticas que constituem as mulheres professores nesse ambiente de pesquisa, o que se caracteriza como alteridade, conforme segue.

### **3. A CONSTITUIÇÃO DA DEPENDÊNCIA PELO ANDROCEN- TRISMO: A ALTERIDADE**

Nas entrevistas, a principal questão colocada às professoras era sobre sua percepção enquanto uma mulher no cargo de professora, lotada na Unidade de Ensino mencionada. Na maioria das falas, em seu início, trouxeram menções a silenciamento nas relações com professores homens, es-

pecialmente em reuniões. Os enunciados revelam práticas que conferem uma posição inferior conferida às mulheres docentes. Nas relações com docentes, as professoras enunciam distinção de tratamento e de interação entre professores homens e professoras mulheres. Para tanto, são úteis os enunciados colocados anteriormente em que se tem como referência a figura do homem, ou do professor homem no campo de pesquisa. Essa referência me invoca a pensar em Simone de Beauvoir e trazê-la aqui.

Beauvoir parte de Hegel, especificamente da dialética do Senhor e do Escravo, a fim de examinar o não reconhecimento das consciências e concluir que, “segundo Hegel, descobrimos na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência; o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto” (BEAUVOIR, 2014, p. 20). Nessa ideia, a mulher é o Outro, um objeto, em que está em si, mas não se referencia para si, visto que, pelo sistema político androcêntrico, sua medida de referência não é a si mesma. Tal ordem de referência, contudo, não são metafísicas: são praticadas a partir de formas de convivência que invisibilizam, silenciam e afastam as mulheres do campo de pesquisa das decisões que representariam seu exercício profissional e, especialmente, sua liberdade e autonomia. Nos termos de práticas relativas à existência, Beauvoir define-as com significados relacionados a transcendência e a imanência. A transcendência estaria relacionada a práticas representativas de um modo de ser (fazer gênero) que cumpriria os desígnios de uma projeção metafísica de liberdade e satisfação. Estaria associada aos homens, os quais seria o Sujeito, emulando uma ideia de totalidade, de Um, aquele identificado e lido como homem, o qual subordina a mulher à alteridade:

Desde que o sujeito busque afirmar-se, o Outro, que o limita e nega, é-lhe, entretanto necessário: ele só se atinge através dessa realidade que ele não é. Por isso, a vida do homem nunca é plenitude e repouso, ela é carência e movimento, é luta [...] toda consciência aspira a colocar-se como sujeito soberano. Toda consciência tenta realizar-se reduzindo a outra à escravidão (BEAUVOIR, 2014, p. 260).

A imanência, de outro lado, seria relativa às mulheres, caracterizadas por modos de existência que não alcançam a superação do estado material, que não transcenderia como os homens. Assim, “o drama da mulher é esse conflito entre reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe

sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial” (BEAUVOIR, 2014, p. 37). Aparentemente, as práticas a seguir enunciadas, reforçadas por outras questões e pelo relatado nos itens anteriores, consolidam a ideia de homem enquanto mito: “todo mito implica um Sujeito, que projeta suas esperanças e seus temores num céu transcendente. As mulheres não se colocando como Sujeito, não criaram o mito viril no qual seus projetos se refletiriam” (BEAUVOIR, 2014, p. 264). Enquanto isso, o imagético destinado às mulheres as colocam em um lugar de dependência, de modo auxiliar, alocando-a semanticamente com a ideia de cuidado e de sexualização, refutando-se o reconhecimento profissional, que é vinculado ao Sujeito, autonomia, e em-si-por-si-para-si. É a invocação de um “tudo sabe, tudo vê”, que nunca erra, mesmo que quando erra, não precisando comprovar cumprimento de trabalho ou cumprimento de protocolos institucionais ou se preparando para alguma atividade. Um exemplo dessa situação foi descrita pela Zuni, quando, presencialmente, em 2019, foi feita uma reunião para discussão sobre o PPC (Plano Pedagógico de Curso).

[...] era pra debater o novo PPC. E foi uma reunião em que as pessoas convidadas foram completamente despreparadas pra aquela reunião. Então a sensação que a gente teve foi um de um desrespeito muito grande assim, sabe? Como se a impressão que dá - eu sei que isso é muito caricatural -. mas a impressão que dá é que os homens não se dedicam da mesma maneira como a gente se dedica pras atividades. Então ir pra reunião daquela, fazer uma reunião daquela em que a pessoa convidada pra debater [um homem][...] diz pra gente que tinha ido, na noite anterior, comemorar o dia do namorado com a esposa, então não teve tempo de se preparar, e aí todo mundo lá naquela reunião praquilo, então a gente meio que sai dali e se sente desrespeitada no nosso tempo na nossa dedicação. E, a partir dali, começa a pensar e a uma convergência de experiências [...] das mulheres, falando “não, já passei por isso, já passei por aquilo”, e é esse momento que surge o Coletivo [das Professoras] [...]. As mulheres muito ativas, muito proativas, muito preocupadas em fazer coisas de qualidade e da mesma maneira que aqueles professores não se prepararam pra aquela reunião [...].

Em contraponto, as docentes apresentam um trabalho acadêmico

de excelência, representado por preparação de aulas, pontualidade, cumprimento de plano de ensino, cronograma, avaliações condizentes com o conteúdo de ensino, conforme é reconhecido por discentes em entrevistas realizadas. Apesar disso, como mencionado no item anterior, são exigidas e as mais criticadas por estudantes, geralmente discentes homens. Nessa comparação, os professores homens, apontados como, em sua maioria, como professores que não preparam suas aulas e perdem o tempo de aula falando sobre viagens, eventos, acontecimentos não relevantes para a disciplina, não são interpelados pelos alunos e nem sofrem críticas do corpo discente; muitos, ainda, são tidos como referências profissionais. E são alguns desses professores que, emulando as práticas a seguir descritas, constituem a alteridade neste campo de pesquisa.

A referência androcêntrica, como práticas no exercício acadêmico, é revelada pelas formas de condução de reuniões e dinâmicas em que a participação docente das professoras é prevista normativamente pelos protocolos institucionais. Revelam-se, assim, práticas identificadas como (a) *mansplaining* (significando a junção das palavras *man*, homem, e *explaining*, explicar), quando um homem, tratando uma mulher com paternalismo ou autoridade, pretende explicar à mulher algo que somente ele pudesse ser autoridade e/ou tratando-a de modo infantil; (b) *bropropriating* (significando a junção das palavras *bro*, referente a brother, e *appropriating*, apropriação), quando a ideia de uma mulher é apropriada por um homem e este leva o crédito; (c) *maninterrupting* (significando a junção das palavras *man*, homem, e *interrupting*, interrupção), quando homem interrompe a fala de uma mulher, impedindo a conclusão de seu raciocínio (REEVES, 2015). Na pesquisa de campo, essas situações foram identificadas e, nessas relações com os colegas, as professoras relataram, recorrentemente, silenciamento e a sensação de não lugar:

Em alguns momentos, [me sinto] silenciada, [...] em reuniões, em eventos. [...] eu acho que ainda, no direito porque tem uma questão de poder muito evidente, né? Uma profissão que coloca em voga o poder e, portanto, questões das de uma certa superioridade masculina nesse contexto. [...] Eu verifico uma tentativa de se ainda bem forte de silenciar as mulheres, oprimir as mulheres e exercício de poder realmente sobre as mulheres. É uma forma de tolher, né?(Mabel).

[...] quando eu relatei uma situação pra [uma colega nossa],

ela me disse isso e me marcou muito. Ela me falou assim “tu não vai conseguir deixar de ser mulher; então, eles sempre vão te ver com esse recorte”; por mais que você possa não ter um comportamento, entre aspas, que se associa o gênero feminino, é um comportamento [...] que eles associam indevidamente [a] sensibilidade [...]. A gente já teve episódios ali que falaram em maternidade, em charme, não sei o quê, associado com o gênero feminino por mais que você possa não ter esses comportamentos, por mais que você possa fazer a tua parte né? (Zola).

Uma das formas de produção do silenciamento das professoras é a interrupção em reuniões, conforme descrito por Zola e Zuni, que apontaram a necessidade de, após a interrupção, pedirem novamente a palavra:

[Depois de interromperem] vou ter [que] pedir a palavra e [eles] falando um monte de coisa que não tinha nada a ver, sabe? (Zola).

Em algumas reuniões, eu me senti na necessidade de pedir a palavra. Porque, às vezes, a palavra era retirada quando você está falando e as pessoas interrompem, não deixam você terminar de falar. E isso aconteceu em alguns momentos (Zuni).

Outros modos são as formas de tratamento são mencionadas, como o tratamento da professora como “menina”, comparada a alunas constantemente ou por apelidos, e não pelo título acadêmico ou pelo cargo que exerce. O efeito do não tratamento à professora enquanto profissional, mas enquanto “menina” ou em comparação a outros lugares acadêmicos, é o de apagamento de sua trajetória profissional, que implica no não reconhecimento de lugar da mulher como equivalente ao lugar do homem na instituição:

[a gente] é olhada com muita desigualdade [...]; Assim, na forma de tratamento, o jeito que eu me refiro às pessoas e o jeito que essas pessoas se referem a mim de volta; na hora de escrever um e-mail; na hora de cumprimentar... é algo que eu comecei a prestar atenção que eu, às vezes, trato “ah, professor fulano de tal” e a pessoa me chama pelo meu primeiro nome... [...] não é uma relação de igualdade, e eu acredito posso estar enganada, mas eu acredito que isso tem muito a ver com a questão de gênero. Porque podia até pensar que também tem a ver com a questão da idade: eu acho que a questão da idade [...] se soma; mas eu acho que se eu fosse um

homem jovem eu não sofreria o desrespeito... acho que como mulher jovem eu sofro mais desrespeito do que uma mulher mais velha; mas que se eu fosse um homem jovem, eu certamente não sofreria esse desrespeito e eu que conseguiria ter uma relação de coleguismo muito muito maior assim (Zola).

A ausência de espaço de participação das professoras pode ser pensado pela existência de grupos dos professores homens, o que acaba acarretando uma hierarquização de relações que extrapola as hierarquias institucionais legítimas e, conseqüentemente, de decisões no âmbito profissional. Foram mencionados grupos de homens dos quais as mulheres não fazem parte, e onde, aparentemente, laços pessoais e profissionais são estreitados a ponto de os homens decidirem, fora os trâmites institucionais, as decisões acadêmicas.

[Mulher é] Quase que invisível; é como a luz que você não você coloca o blackout, mas o blackout não é suficiente, mas você bem que colocou blackout, entendeu? Há uma cordialidade, [...], sempre. Há uma cordialidade, mas [a gente] é realmente um estrangeiro, né? Você é uma pessoa estrangeira, eu nunca vou entrar no grupo. E depois a gente descobre que o grupo, realmente, é um grupo, que existem grupo da maçonaria, grupo dos que vão sair pro bar beber, tem vários grupos, do futebol [...]. Todos de patota, assim. E aí por ser mulher você não faz parte da panela. [Quando] tem que conversar com você, a cordialidade até aumenta, mas você não faz parte do grupo. [...] É isso: eu me vejo como uma pedra no sapato, um mal necessário [...]. Sempre essa coisa de quem tá meio de penetra (Beatrix).

[Na Unidade de Ensino], a gente tem algumas questões estruturantes de gênero extremamente rígidas, com muitos subterrâneos de decisões tomadas em todos os lugares, menos na institucionalidade e isso é claramente é uma característica de gênero. Mesma coisa a relação de compadrio das pessoas, a maneira como ela se relacionam e excluem todo mundo que tiver de fora dessas negociatas que se dão no subsolo [...] ou na mesa de bar. [...] Existe algo que é muito próprio também do nosso mundo assim do mundo do direito. Acho que [a unidade de ensino] ele tem outras coisas que eu que me fazem sentir fora do lugar, né? (Nadine).

A existência de laços entre os homens, que mesclam âmbito pessoal

e acadêmico, sugere que as discussões das temáticas importantes para a docência são tomadas em espaços não institucionalizados, que são chamados de subterrâneos pela Nadine. São as práticas mobilizadas por normas de gênero que não condizem – ou, quiçá, contrapõem-se – com as práticas determinadas de maneira formal institucionalmente. Assim, supõe-se que, na arena pessoal dos professores homens, as suas relações de proximidade entre si acarretam a tomada de decisões profissionais que deveriam ser feitas conforme regimentos institucionais, mas não o são:

[...] chega na reunião e de repente tá todo mundo junto né? Tá todo mundo já conchavado pra uma decisão específica... que, enfim que não tem nenhuma transparência. Então, eu acho que essa essa tendência, essa regra, esse caminho fácil que é dado por seguir essas normas são ditadas pela masculinidade, pela branquidade também. Porque eles são completamente cegos à questão dos privilégios, né? É como se não existisse privilégio, como se todo mundo estivesse ali por mérito – [...]. E como se eles nunca fossem desafiados, como se vivessem em uma bolha de lambeção de saco, [...] é uma bolha [...] que eles estão lá se autorrefereciando. [...] isso é meio geral, né? Isso aí não [só] [essa instituição]... o direito é muito isso [...] (Nadine).

[...] eu participei de uma reunião que foi massacrante, literalmente massacrante. As pessoas chegaram, acredito, que todas combinadas pelas coisas que elas falaram (Zola).

O que instiga, ainda, na existência de grupos entre professores homens é, também, a falta de reconhecimento das mulheres como pares, iguais em categoria profissional como docentes do Direito. Aparentemente, isso reforça a ideia de que as decisões institucionais são tomadas em outros locais, com a ausência de inserção das professoras em espaços que deveriam ser de integração entre profissionais acadêmicos:

[...]foi um pouco chocante entrar [nesta instituição]. [...] porque eu achei um ambiente muito mais frio [...]. Não me senti acolhida, eu tentei durante algum tempo identificar as razões, acredito que pelas cargas horárias, a sala dos professores não é frequentada... foi difícil, não é um ambiente em que eu estava acostumada... eu tive dificuldade de inserção [...]. a questão do gênero, eu me senti mais pela forma que eu me coloquei porque eu gosto primeiro de conhecer [...], eu não sou a pessoa que chega e vai tomando o espaço, então

demorei pra identificar algumas coisas (Rhonda).

[...] meu primeiro susto foi chegar na sala dos professores é que praticamente ninguém ficava. [...] E essa coisa de eu não cumprimentar, né? Teve um professor, até que eu acho que uns seis anos depois que eu já era professora efetiva, perguntou se eu era professora né? Aí depois quando ele viu que a situação ficou meio constrangedora, ele meio que sugiro que achou que talvez eu fosse aluna [...] eu já ouvi insinuação tipo assim “ah está bonita com esse vestido”, [...] pra esse lado assim meio de sedução também (Vena).

Na medida em que se percebe a exclusão sugerida das mulheres das participações políticas relativas ao curso, parece se organizar um lugar simbólico que associa cisnormatividade e heteronormatividade; é um lugar em que as mulheres são supostamente elogiadas por ações de cuidado, charme e determinados atributos estéticos que evidenciam, acarretando a biologização do cuidado e a sexualização das professoras, em detrimento do reconhecimento de sua atuação profissional e tentativa de apagamento de sua jornada na instituição.

[...] eu testemunhei professores falando coisas sobre mulheres né? Falando, contando historinhas, dando risadas [...] de aluna: “ah que [Katara é uma cidade que] as alunas vêm de shortinho” [...] essas coisas nojentas, pesadas, [...]. É uma coisa muito indignante. [...] Na primeira e única reunião de colegiado que eu participei, eu estava com um vestido justo, não era degotado nem nada, mas era um vestido justo, assim, e eu estava meio que sendo apresentada pras pessoas porque ninguém me conhecia, né? Meu Deus, eu me senti um pedaço de carne... posso estar errada, pode ser impressão minha, mas eu vi pelo menos dois homens me olhando assim, sabe? Tipo de cima abaixo, de cima abaixo... e eu fiquei extremamente constrangida, não sabia pra onde correr assim [...]. Eu fiquei meio mal assim. E isso é uma coisa também que que pesa [...], obviamente aquele vestido eu não uso mais (Nadine).

[ouvi de um professor] que nós somos belas, [...] maravilhosas, “o que seria [da nossa Unidade de Ensino] sem as mulheres lindas perfumadas que passam pros nossos corredores?” Então, eu estou eu estou preparando meu estômago [para o retorno presencial]. Com essa situação, tem que ficar



firme, né, fina, finíssima, vou até montar a minha estética também pra ser né aquela sujeita descrita por ele (risos) (Nadine).

Na medida em que as mulheres são percebidas em um lugar reducionista e de negação de seu profissionalismo, a retirada da “palavra da mulher é muito comum” (Zuni), impedindo a sua atuação profissional nas deliberações e posicionamentos institucionais. O lugar produzido da professora, no campo de pesquisa, é no lugar que emule uma feminilidade cis e heteronormativa, ou seja, em função do homem e a partir das decisões androcêntricas, que desenham o caminho de carreira das professoras.

Entre as colegas, o discurso recorrente foi de existência de relacionamentos considerados bons, mas que são permeados pela concorrência e pelo individualismo. Ao que foi revelado nas entrevistas, algumas professoras relataram a impossibilidade de se dedicarem politicamente a um grupo de professoras, para pensar a realidade das mulheres no local e as questões institucionais, porque isso caracterizaria deixar de investir tempo na produtividade, que é exigida academicamente. No entanto, conforme referido no segmento anterior, parece que o tempo para a dedicação a funções maternas parece ser prioridade, visto que também representa uma extrapolação das atividades docentes. Juntamente com o individualismo e a concorrência, foram associadas práticas exercidas por mulheres como práticas fúteis, com a utilização de termo e tom pejorativos, em uma tentativa de distanciamento de si da própria identificação:

As pessoas não veem o outro como cooperação, mas como uma competição ou um estranho, na forma com que a gente tá vivendo. ‘To te contando todas as fofocas, nesse negócio de mulherzinha, né... São poucas as mulheres que têm brilho próprio porque não se permitem. A pessoa não se dá conta (Beatrix).

Tratando-se de posição política, o reconhecimento de gênero implica na aceitação de variadas expectativas sobre este lugar. É, compreensível, pelo exposto até aqui, que as docentes do campo de pesquisa não queiram estar em um lugar reducionista de reconhecimento profissional. Beauvoir, nessa contradição acerca da mulher independente, afirma que a mulher “recusa confinar-se ao seu papel de fêmea por que não quer mutilar-se, mas repudiar o seu sexo seria também uma mutilação” (BEAUVOIR, 2014, p. 1.399). Nessa ambivalência semântica de si mesma, as professoras se referiram a comportamentos “de homem” para receberem um tra-

tamento considerado de respeito pela profissão e, ainda, questionando se fossem homem, determinada situação de violência ou de desrespeito não teria acontecido. Isso, juntamente com outros enunciados, conduz a um desejo de não se associar ao significado “mulher”:

Eu sinto que [...] alguns atos [...], atitudes, assim, eu acho que seriam diferentes se eu fosse homem. [...] Acho que ia ser mais respeitado. Por exemplo a gente não teria cinco, sete, reuniões [para decidir sobre determinado projeto]. Acho que a forma de lidar ia ser um pouco diferente; ia ter mais respeito sabe? Não iam ficar tentando jogar com isso (Aurora).

Quando você primeiro a esse mundo masculino ele tem uma estética né... esse mundo do direito. [...] primeira coisa que vocês [mulheres] têm fora do lugar é nessa estética. É como que as pessoas esperam que você performance a condição de professor [...] É quando é visível, você olha pros lados e tá todo mundo engravatado. Então, homens todos engravatados. a gente não pode negar que Santa Catarina de um modo geral é um estado extremamente conservador; é conservador nessa nas questões de gênero de um modo geral mas é extremamente racista também e a universidade tá colocada no meio disso (Nadine).

Nessa mutilação e com a conseqüente ausência de identificação política com as demais professoras, reforçada pela ausência na troca de experiências, parece-me que as professoras são atravessadas por processos que promovem uma individualização e um descolamento de si mesmas. Soma-se aqui o reforço da estrutura cisonormativa e heteronormativa, que conduz as docentes entrevistadas a escolherem não serem incomodadas, ou não dedicar tempo a um grupo de professoras, ou a se silenciar e escolher as batalhas por si. Um despertar dessa condição, conforme mencionado pela Zola, foi o interesse em participar dessa pesquisa como uma forma de reagir às práticas que a colocam em um lugar de não pertencimento. Em paralelo a isso, em um signo de negociação, apareceram nas entrevistas algumas situações que caracterizam alianças entre professoras e professores, no que aquelas se associam a estes buscando um determinado lugar de importância e reconhecimento pela associação ao homem, fazendo assim concessões sobre sua própria carreira e encaminhamentos de pesquisas e orientação.

Nas dinâmicas androcêntricas, as práticas aceitáveis para homens são extremamente refutadas quando exercidas por mulheres por sanções que se expressam por meio de nomeações pejorativas ou por, mesmo violência, seja da parte de discente ou seja da parte de docente. Aqui é oportuno mencionar que professoras que agem com assertividade ou objetividade, dando limites e não muita margem para proximidade, são nominadas como “brabas” ou “autoritárias”. Outra sanção que recebem por sair desse lugar é ameaça de violência, que é reforçada institucionalmente pela ausência de apoio à mulher que sofre alguma discriminação. Segundo relato sobre uma reunião presencial:

[...]Ele se levantou da mesa e começou a gritar... e confesso pra você que eu já nem lembro mais direito o que ele gritava, mas eu estava falando e ele começou a gritar; então eu não consegui mais falar.[...] Eu tive [...] medo de ele querer me agredir: ele levantou em pé, empurrou a cadeira, eu comecei a ficar muito nervosa. [...] Eu falava “você não está me deixando falar; deixa eu terminar”, e ele disse assim “você falou até agora, você falou tudo, né?”, como quem diz, “fica quieta, você não pode falar mais”. [...] E o pior de tudo foi quando eu procurei a direção pra falar sobre isso, né? E dizer que alguma atitude tinha que ser tomada, que aquilo não podia ser feito, que eu tinha sido agredida. [...] A [Administração] disse que estava preocupada com ele [o professor] porque aquela atitude não era uma atitude adequada e que ele que estava exaltado e que a gente precisava olhar para ele, precisava [...] cuidar dele [...]. Em nenhum momento eles prestaram solidariedade no sentido de “vamos fazer algo, vamos identificar, abrir um procedimento administrativo”. E assim, isso foi uma coisa que me ofendeu, fiquei durante meses pensando naquilo. Como estava no estágio probatório, achei melhor não fazer denúncia... mas foi muito difícil, eu recebi solidariedade de um colega, que me mandou mensagem depois, e de uma técnica administrativa [...]

As práticas produzidas pelas entrevistas e as enunciadas, que atravessam os sujeitos deste diálogo, revelam um discurso de alteridade das mulheres, em que, em uma dimensão, são dependentes dos homens, e, em outra, concorrem entre si. Percebe-se que a constituição de dependência decorre da ausência de participação das mulheres na discussão e na decisão de procedimentos institucionais, que aparentemente são construídos

pelos professores homens em subterrâneos alheios ao momento protocolar (como em reuniões) ou mesmo pelo tratamento diferenciado e distanciado, que se equivale ao “trato de cavalheiros”, dos quais as mulheres não participam. A não participação em questões que são de seu próprio interesse e também de competência institucional (como relatoria de processo ou votação do mesmo) reforça a percepção de individualismo no espaço acadêmico. A existência de grupos de associação de homens e a constituição de práticas individualizadoras, por sua vez, fomenta uma postura concorrencial, reforçada pela lógica neoliberal/produtivista que a academia assume atualmente. Não se desconhece, nitidamente, que o discurso de concorrência entre mulheres ultrapassa o campo de pesquisa, mas se reconhece que esse discurso é fortalecido em dinâmicas em que as mulheres são sectarizadas e individualizadas, em um processo de deslocamento, promovido pelos homens, de sua importância para a própria coletividade (seja para o Centro mencionado ou para a própria instituição). Isso também é nutrido pelos enunciados de algumas professoras, que preferem se manter em silêncio, “escolher suas batalhas” ou não fomentar discussões do grupo de professoras.

Esse contexto do campo se assemelha a categorização de duas culturas organizacionais: a do *gentleman's club*, em que predominam normativas paternalistas em que a mulher é vista em um signo de feminilidade frágil; e a do *locker room*, em que os homens praticam, entre si, diversas ações em âmbitos informais, em que compartilham pressupostos e valores entre si e que redundam no “isolamento e na exclusão das mulheres das redes informais de interação” (SANTOS, 2010, p. 105). Assim, com o reforço dos enunciados do lugar da mulher, na lógica cis e heteronormativa, constitui-se, também, a ideal referencial de que o homem é a medida de todas as coisas e fomentam, assim, dinâmicas hierarquizantes, para além dos protocolos institucionais, e, por isso, discriminatórias.

#### 4. NOTAS FINAIS

A análise dos discursos que emergem das entrevistas das professoras sobre normas de gênero revela indícios característicos de uma concepção cisnormativa e heteronormativa dos corpos e de uma certa funcionalidade nas relações sociais. A um sujeito constituído como mulher, sendo cisgênero, será designada a função materna de cuidado e proximidade,

associando-se corpo-gênero-sexualidade a uma destinação reducionista, excludente e pré-determinada. As entrevistadas demonstraram certo conhecimento e vontade de enfrentamento às questões relacionadas ao racismo, ao capacitismo, ao elitismo, à LGBTfobia. No entanto, pelos enunciados discursivos, a recorrência das palavras relacionadas a machismo, patriarcado, desigualdade de gênero, e similares, induzem a considerar o quanto o foco de preocupação no patriarcado fomenta práticas com a lógica cisnormativa e heteronormativa. Patricia Cain (1988) alerta para a preponderância dada à diferença do binarismo de gênero em detrimento às questões relacionadas a raça e a outras relações acerca da sexualidade. Assim, questiona se as mulheres heterossexuais entendem a importância da hetero e da cissexualidade para a manutenção do patriarcado e sugere, apoiando-se em Adrienne Rich, que a heterossexualidade seja entendida, para as teorias jurídicas, como uma instituição e não apenas como uma forma dominante de sexualidade. A cisnormatividade e a heteronormatividade não parecem ser percebidas dessa forma no ambiente de pesquisa, muito menos discutidas como uma perspectiva integrante de uma lógica hierarquizante das pessoas que ali trabalham e estudam.

Dos enunciados recolhidos, o que emerge de significado sobre ser mulher são signos vinculados à lógica cisnormativa e heteronormativa: passividade, afetividade, maternidade, o auxílio e a dependência a um sujeito que determina sua posição institucional. O reconhecimento das professoras de sua identidade de gênero, cismulher, parece colocá-las em um lugar ambíguo, em que se preponderam o desconforto e o não-querer-estar, pela forma com que são tratadas enquanto tais, seja por discentes ou docentes. Como agência das professoras, há medidas isoladas de ações, como insistência da fala em reuniões, em exigência/postura de tratamento formal, abdicação de trabalhos em comissões ou, mesmo, declinação de atividades acadêmicas que não de ensino – o que será trazido oportunamente. A tentativa de agrupamento político entre as professoras aparece como uma exceção, mas mais refletida para se pensar questões políticas da universidade do que as problemáticas enfrentadas pelas docentes.

Essas normas são fortalecidas pelas práticas dos próprios professores homens, pelo tratamento feminilizante que conferem às mulheres, incluindo exclusão de espaços de discussão, interrupção de fala, posturas violentas, tratamento abaixo de sua titulação e reforço de uma lógica

biologizante de cuidado – como se os homens fossem puramente racionais, numa ideia higienista de condição humana. São efeitos relacionais de como as mulheres *devem se comportar*: caso correspondam às expectativas, são homenageadas e destacadas por seu *charme*; caso violem as normas de gênero, são nominadas com termos pejorativos, como intransigente, braba, autoritária. Houve ainda relatos referentes a professoras já aposentadas que eram nominadas como *loucas* ou “*dá para qualquer um*”.

Do poder do que se é possível praticar, há também limites de saúde. Parte das mulheres entrevistadas relataram, após o ingresso no trabalho, adoecimentos graves e necessidade de acompanhamento médico e psicológico. Não é o objetivo desse escrito uma reflexão sobre os impactos das desigualdades de gênero sobre a saúde docente, mas não é possível não mencionar esses efeitos que podem ter sido fomentados pelas práticas direcionadas pelas normas de gênero no seu ambiente de trabalho. Diante disso, qualquer questionamento sobre as ações individuais das docentes aqui entrevistadas deve ser lida a partir do discurso constitutivo do gênero possível naquele espaço, que as atravessa ininterruptamente de forma constitutiva, definindo suas relações de gênero e de poder. O que se vê, portanto, são efeitos discursivos cujas normas somente poderão ser enfrentadas quando se questionar sobre o discurso da sexualidade ali presente.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998. 225p. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/up000028.pdf>

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. v. I. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BOUYER, Gilbert Cardoso. (2007). A face produtiva do poder: indivíduo, cogito e verdade. *Ciências & Cognição*, 10, 178-198. Recuperado em 17 de maio de 2021, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-58212007000100017&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000100017&lng=pt&tlng=pt).

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 11–42, 2013. Recupera-

do de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>

BUTLER, Judith. A vida psíquica do poder: teorias da sujeição. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CAIN, Patricia. Feminist Jurisprudence: Grounding the Theories. *Berkeley Women's Law Journal*, 1988. pp. 191-214. Disponível em <https://digitalcommons.law.scu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1252&context=facpubs>

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid Müller. Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.

CONNELL, Raewyn. Advancing Gender reform in large-scale organisations: a new approach for practitioners and researchers. *Policy and Society*, v. 24, n 4, pp. 5-24, DOI: 10.1016/S1449-4035(05)70066-7, 2005.

CONNELL, Raewyn. *Gender: short introductions*. 2. Ed. Cambridge: Polity Press, 2009.

CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.

DESPRET, Vinciane. Leitura etnopsicológica do segredo. *Fractal Revista de Psicologia*, v. 23, n. 1, pp. 73-92, 2011.

FEDERICI, Silvia. Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais. Traduzido por Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERRAND, M.; LANGEVIN, A (1990). De l'origine de l'oppression des femmes aux "fondements" des rapports sociaux de sexe. In: BATTAGLIOLA et alii. (org.) A propos des rapports sociaux/ parcours épistémologiques. Paris, Centre Sociologie Urbaine/CNRS, ] pp.17-76.

FLETCHER, Joyce. The greatly exaggerated demise of heroic leadership: Gender, power, and the myth of the female advantage. *In* Robin J. Ely; Eri-

ca Gabrielle Foldy; Maureen A. Scully e The Center for Gender in Organizations Simmons School of Management (eds.), *Reader in Gender, Work, and Organization*. Oxford, Blackwell, 204-210, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução E. M. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico. Curso dado no Collège de France (1973-1974)*. Tradução E. M. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. *Moisés e o monoteísmo*. Trad. José Otávio A. Abreu. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1973.

FREUD, Sigmund. Sexualidade feminina. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. José Otávio de A. Abreu. v. 22. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 231-251.

FREUD, Sigmund. Totem and taboo. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund*. London: Vintage Books, 2001. p. 1-161.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. *Sociedade E Cultura*, v. 16, n. 2, 2013. <https://doi.org/10.5216/sec.v16i2.32198>

HEUSER, Ester Maria. Dreher.; SALLES, Rafaela Ortiz de. Mulher, o outro: seu corpo e seus constituintes biológicos, segundo Simone de Beauvoir. *Revista Aufklärung*, João Pessoa. v. 7, n. 2, maio-ago 2020, p. 93-106.

IRIGARAY Luce. *This sex which is not one*. 2. ed. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

IRIGARAY Luce. *Sexes and genealogies*. 2. ed. New York: Columbia University Press, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: Catani, Denise Bárbara; et al. (Orgs.). *Docência, memória e gênero: estudos sobre a formação*. São Paulo: Escrituras, 1997.



MOLINIER, Pascale; LAUGIER, Sandra; PAPERMAN, Patricia. *Qu'est-ce que le care? Souci des autres, sensibilité, responsabilité*. Paris: Payot & Rivages, 2009.

OLIVEIRA, João Manuel de. *Desobediências de gênero*. Salvador: Devires, 2017.

REEVES, A. N. *Mansplaining, maninterrupting & bropropriating: gender bias and the pervasive interruption of women*. Yellow Paper Series, Nextions, 2015.

REIS, Greissy Leoncio. *O gênero e a docência: uma análise de questões de gênero na formação de professores do instituto de educação Euclides Dantas*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12015/1/Greissy%20Leoncio%20Reis.pdf>>

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. In ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle; HALPERIN, David (Org.). *The lesbian and gay studies reader*. London: Routledge, 1993.

RICH, Adrienne. *Of woman born: motherhood as experience and institution*. 3. ed. London: Virago 1981.

SANTOS, Gina Gaio. Gestão, trabalho e relações sociais de gênero. In Ferreira, V (org.). *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias*. Estudos 7. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, 2010.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. Dossiê: Feminismo em Questão, Questões do Feminismo. *CADERNOS Pagu*, n. 16, 2001, <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/3wSKqcsySs8ZV4rHM-63K8Lz/?lang=pt>>

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgenderidade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. WARD, Lester (1903). Pure sociology; apud DAVIS, Cynthia J.; KNIGHT, Denise

D. *Charlotte Perkins Gilman and her contemporaries: literary and intellectual contexts*. The University of Alabama Press. Tuscaloosa: Alabama, 2004.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales, 2006.

#### 'Notas de fim'

1 O projeto relacionado a esta pesquisa foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa (Plataforma Brasil número 45367921.8.0000.0121), com o comprometimento de confidencialidade das informações relacionadas à identificação das pessoas entrevistadas. Diante disso, os nomes de locais e de pessoas do campo de pesquisa foram substituídos por nomes fictícios ou nomenclaturas indicativas dos cargos ocupados na instituição de ensino, visando, assim, a evitar o “efeito sem nome” consistente no possível apagamento da historicidade das pessoas participantes (DESPRET, 2011).

2 Este escrito origina-se de uma pesquisa, ainda em curso de doutorado sobre o tema.

3 A maternidade ou a maternação são categorias desenvolvidas em estudos psicanalíticos (Cf. FREUD, 1973; FREUD, 1969; FREUD, 2001; IRIGARAY, 1985; IRIGARAY, 1985; RICH, 1981). Para este trabalho, “função materna” não é utilizada em sinonímia com essas categorias, mas, conforme explicitado adiante, como uma funcionalidade vinculada semanticamente ao corpo identificado como do sexo feminino.

4 O termo é denominado por Lester Frank Ward, questionando darwinismo social entre os sexos, denominou o regime político norte-americano como “androcracia”, com suas formações culturais, filosofia e costumes “androcêntricos”. Segundo Davis e Knight (2004), parafraseando Ward (1903), a condição física dos homens teria facilitado a transferência de poder, essencialmente por meio de violência e estupro, seguida de casamento, consagrando a propriedade dos homens nas mulheres, com a irrelevância da esposa, que lhe devia obediência. Na verdade, o casamento teria começado como uma instituição para a mais completa subjugação e escravidão de mulheres e crianças.

5 Para participar da pesquisa, as docentes concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que destaca a confidencialidade dos dados sensíveis obtidos, de acordo com a proposta de estudo aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa (Plataforma Brasil número 45367921.8.0000.0121). As transcrições realizadas mantêm a orientação ética de confidencialidade, razão pela qual são substituídas identificações de local e de nomes por nomenclaturas específicas para a compreensão do contexto. Das transcrições, também foram omitidas expressões e vício de linguagem comumente presentes no padrão oral de comunicação, mas se preservando o teor da fala.